

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 103.643 - MG (2018/0257281-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : DEIZIANE MARLA GONÇALVES DE MIRANDA (PRESO)
RECORRENTE : WARLEY HENRIQUE SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por DEIZIANE MARLA GONÇALVES DE MIRANDA e WARLEY HENRIQUE SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos que os recorrentes foram presos em flagrante, pela prática, em tese, do crime de roubo majorado. A prisão em flagrante foi convertida em segregação preventiva.

Na ação originária, alegou a defesa a falta de fundamentos para a manutenção da prisão cautelar.

No entanto, a Corte de origem denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 81):

HABEAS CORPUS - ROUBO MAJORADO - CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA - DECISÃO DEVIDAMENTE MOTIVADA - REVOGAÇÃO - INVIABILIDADE - PRESENTES OS REQUISITOS DOS ARTS. 312 E 313 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PROVA DE EXISTÊNCIA DO CRIME E INDÍCIOS DE AUTORIA - GRAVIDADE CONCRETA - GARANTIA À ORDEM PÚBLICA - INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL - ORDEM DENEGADA.

- É medida que se impõe a manutenção do acautelamento provisório dos pacientes, eis que presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, constantes do art. 312, do Código de Processo Penal.

Nas razões do presente recurso ordinário, a defesa reafirma as alegações originárias e ainda assevera que "não estão presentes os requisitos que autorizam a decretação e a manutenção da preventiva, que deve ocorrer de forma excepcionalíssima; além do que, a decisão deve ser fundamentada em dados concretos extraídos dos autos, não sendo admitida a fundamentação genérica como ocorreu na decisão impugnada" (e-STJ fl. 95).

Diante disso, pleiteia, liminarmente e no mérito, a revogação do decreto de custódia preventiva, com a expedição do competente alvará de soltura, para que os recorrentes respondam soltos ao processo.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 111/113).

Informações prestadas (e-STJ fls. 120/145, 153/154 e 160/182).

Parecer ministerial pelo conhecimento e desprovimento do recurso (e-STJ fls. 147/151).

É, em síntese, o relatório.

Conforme informações extraídas do sítio eletrônico do Tribunal de origem, observo que no dia 22/5/2019, foi proferida sentença condenatória nos autos da Ação Penal n. 0737777-39.2018.8.13.0024, objeto do presente recurso, tendo também sido expedido o alvará de soltura em favor dos recorrentes na mesma data.

Dessarte, é patente que o presente recurso está prejudicado, haja vista a perda superveniente de objeto.

Ante o exposto, **julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator